

NÍVEL DE COMPARABILIDADE DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS ESTOQUES DE EMPRESAS DO RAMO VAREJISTA LISTADAS NA BM&FBOVESPA

LEVEL OF COMPARABILITY IN ACCOUNTING PRACTICES OF INVENTORIES IN RETAIL COMPANIES LISTED ON BM&FBOVESPA

LUCAS VIEIRA COELHO

Bacharel em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: coelho_ccj@hotmail.com

MARIANA CAMPAGNONI

Mestranda em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: mari.campa@yahoo.com.br

SULIANI ROVER

Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: suliani.rover@gmail.com

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Centro Socioeconômico, Bloco F, Trindade – Florianópolis – SC - CEP: 88040-900

Recebido em: 29.12.2016. Revisado por pares em: 31.10.2017. Aceito em: 16.11.2017. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Resumo: Este estudo visa verificar o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas varejistas listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2015. Foram analisadas 72 Demonstrações Contábeis (DCs), incluindo Notas Explicativas (NEs), de 14 empresas varejistas no período. Com base em checklists, indicadores estoque/ativo total e no índice T de comparabilidade proposto por Taplin (2004), analisaram-se os níveis de comparabilidade das formas de mensuração (método de custo – MC; valor realizável líquido – VRL), avaliação (custo médio – CMd; primeiro a entrar, primeiro a sair – PEPS; valor específico – VE) e de divulgação dos dados relativos a estoques na amostra. Quanto à prática de mensuração, obteve-se um índice T de, em média, 0,521, o que indica que aproximadamente 50% das empresas da amostra mensuraram seus estoques pelo VRL, ou seja, reconheceram perdas entre 2010 e 2015. Quanto à avaliação, o índice T de 1,00 demonstra que as empresas varejistas tendem a avaliar seus estoques pelo CMd. No tocante à evidenciação, observou-se uma tendência de as empresas aderirem plenamente à divulgação dos itens requeridos pelo CPC 16 (R1), o que contribui com uma melhor comparabilidade das informações constantes nas NEs. Além disso, observaram-se diferenças nos indicadores estoque/ativo total entre as empresas que mensuraram estoques pelo MC e as que ajustaram ao VLR, o que indica que os métodos de mensuração influenciam indicadores que têm valores de estoque como base.

Palavras-chave: Comparabilidade. Estoques. Empresas varejistas.

Abstract: *This paper aims to verify the level of comparability of the accounting practices for the measurement, evaluation and disclosure of inventories of the retail companies listed on the BM&FBovespa in the period from 2010 to 2015. We analyzed 72 Financial Statements (FSs), including Explanatory Notes (ENs), of 14 retailers. Based on checklists, inventory value / total asset indicators, and the T index of comparability proposed by Taplin (2004), the comparability level of measurement methods (cost method - MC; net realizable value - NRV), evaluation methods (average cost - AC, first in, first out - FIFO, specific value - SV) and disclosure of data on inventories were verified. Regarding the measurement practice, a T index of an average of 0.521 was obtained, which indicates that approximately 50% of the companies in the sample measured their inventories by NRV, that is, they recognized losses between 2010 and 2015. Regarding the evaluation, The T index of 1.00 shows that retailers tend to evaluate their inventories by AC. Regarding the disclosure, there was a tendency for companies to fully adhere to the disclosure of the items required by CPC 16 (R1), which contributes to a better comparability of the information contained in the ENs. In addition, there were differences in the inventory value / total asset indicators between companies that measured inventories by the AC and those that adjusted to the NRV, which indicates that the measurement methods influence indicators that have inventory values as the basis. Therefore, the analysis of methods of measurement and evaluation can contribute to the comparability of DCs.*

Keywords: *Comparability. Inventories. Retail companies.*

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade vem passando por um processo de transformação de suas normas contábeis. Este processo advém do crescimento do mercado de capitais que, por meio da convergência às normas internacionais, busca proporcionar informações financeiras de melhor qualidade e mais compreensíveis (BALL, 2006). As normas internacionais de contabilidade, também denominadas como International Financial Reporting Standards (IFRS), são desenvolvidas com esses esforços.

Por meio da convergência das normas, as informações contábeis passam a ter mais qualidade e transparência, facilitando o acesso das empresas nacionais aos mercados internacionais e reduzindo custos de captação devido à maior comparabilidade entre as demonstrações contábeis (DCs) (LEOPOLDO, 2013). Nesse sentido, as IFRS possibilitam que DCs de empresas em diferentes países sejam elaboradas mediante métodos similares, o que contribui para a interpretação de relatórios financeiros oriundos de diferentes ambientes econômicos e culturais.

No tocante à convergência das normas contábeis no mundo, uma característica que vem atraindo investidores é a comparabilidade. Esta característica de melhoria, como é denominada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tem como objetivo a comparação ao longo do tempo das DCs de uma ou mais empresas, pertencentes ou não ao mesmo país (SOUZA *et al.*, 2015). Esta comparação propicia aos usuários da contabilidade uma maior simetria informacional, ajudando desde a tomada de decisão do administrador até a análise dos investidores no mercado de ações.

Por meio desta característica, usuários podem confrontar informações de elementos que geralmente são relevantes no patrimônio das empresas, a fim de que possam tomar uma decisão mais acurada. Estoques são exemplos de ativos que, se comparados entre entidades diferentes ou se vistos em série histórica, podem ser informativos para decisões de investimento. Tais elementos devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados nas DCs de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

No Brasil, as empresas do ramo varejista se destacam pela representatividade dos estoques em seus ativos. Este ramo é caracterizado pelas estratégias voltadas à criação de valor para o cliente e pela expansão por meio de aquisições, o que acarreta em crescimento na rotatividade de produtos (VANCE; MERLO, 2011). De acordo com o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE VAREJO E MERCADO DE CONSUMO, 2015), entidades varejistas brasileiras faturam anualmente bilhões de reais e geram milhares de empregos, sejam nas fábricas ou em suas lojas.

Dada a importância dos estoques para as operações no ramo varejista, a comparação de informações a eles relacionada pode contribuir tanto para a análise da saúde da empresa quanto da viabilidade do negócio, especialmente para potenciais investidores. Dessa forma, a presença da comparabilidade, possível se as informações contábeis apresentadas forem elaboradas e apresentadas seguindo premissas afins, pode ser determinante na decisão de se investir ou não em uma empresa.

Com base nesse contexto, questiona-se: Qual o nível de comparabilidade dos estoques das empresas de varejo listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bovespa (BM&FBovespa)? Este estudo tem como objetivo verificar o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas do ramo varejista listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2015.

Esta pesquisa se justifica, especialmente, pela relevância do tema comparabilidade no âmbito da literatura contábil (FRANCO; KOTHARI; VERDI, 2011; TAPLIN, 2011; 2012; RIBEIRO *et al.*, 2016; SOUZA; LEMES, 2016). Segundo Taplin (2012), a mensuração da comparabilidade é importante por diferentes razões. Primeiramente, identificar níveis altos e baixos de comparabilidade requer uma precisa mensuração. Da mesma forma, aumento ou redução na comparabilidade entre DCs podem ser indicativos de sucesso ou fracasso na instituição de normas regulamentares. Ou seja, baixos níveis de comparabilidade podem apontar dificuldades na compreensão de normas contábeis. Além disso, se as informações contábeis são mais comparáveis, os investidores conseguem extrair informações financeiras mais relevantes (WANG, 2014).

Pretende-se analisar o nível de comparabilidade dos estoques pela representatividade que eles possuem nos ativos das empresas do ramo varejista (BARALDI, 2012). A escolha das maiores empresas do varejo se justifica pela relevância do ramo em termos de faturamento. Em 2015, as 120 maiores empresas varejistas no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (2015), faturaram cerca de R\$ 424 bilhões, sendo 12% a mais em relação a 2014.

Ademais, o valor dos estoques é uma informação sobre custos das empresas, a qual é emitida para usuários externos, os quais, em geral, tomam decisões sem ter acesso a informações estratégicas, tampouco conhecimento sobre a forma como estes ativos são gerenciados. Portanto, busca-se verificar a existência de comparabilidade nas práticas contábeis dos estoques e em que nível as informações inerentes a esse tema podem ser comparadas entre companhias varejistas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo envolve, inicialmente, uma discussão sobre os conceitos de comparabilidade e estoques. Em seguida, apresentam-se estudos anteriores relacionados à temática comparabilidade de informações contábeis.

2.1 COMPARABILIDADE

Os usuários que analisam as Demonstrações Contábeis (DCs) estão cada vez mais exigentes na qualidade da informação. Para que possam utilizar informações contábeis para tomarem decisões, é necessário que elas tenham parâmetros similares entre si. Ou seja, para que informações acerca de determinado evento contábil possam ser comparadas, eles precisam ter bases semelhantes para mensuração e avaliação.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - CPC 00 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) versa acerca das características qualitativas fundamentais, tais como a relevância e a representação fidedigna, e as características qualitativas de melhoria - comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade - cujas características determinam e melhoram a utilidade da informação.

Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade tem como objetivo possibilitar que o usuário das DCs compare uma informação no mesmo período de tempo, entre entidades do mesmo país ou de países diferentes. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011),

[...] comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011, p. 20).

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011), Souza *et al.* (2015) afirmam que a comparabilidade é uma característica essencial para a análise de DCs dentro do mesmo país ou fora dele, pois tem o objetivo de mostrar ao usuário informações similares ou distintas. Contudo, é importante destacar que a comparação não pode consistir em obstáculos para a evolução da qualidade da informação, ou seja, a comparabilidade pode melhorar o entendimento da variação das informações contábeis no tempo, mas nem sempre essa evolução é comparável. Por exemplo, casos de mudanças de estimativas podem limitar ou mesmo impedir a comparabilidade entre distintas informações.

2.2 ESTOQUES

Os estoques são essenciais para companhias, especialmente para as que trabalham com produção e comercialização de produtos. No Brasil, o CPC 16 (R1) foi aprovado em 2009 e teve uma revisão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2013. Em âmbito mundial, o IASC em 1993 emitiu o IAS 2 – Estoques. Tais ativos são conceituados, nos termos da IAS 2 e do CPC 16 (R1), como aqueles

- (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- (b) em processo de produção para venda; ou
- (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009, p. 2).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a mensuração dos estoques deve ser feita pelo custo de aquisição, ajustado ao valor de mercado quando este for menor. Os custos de estoques englobam: os custos de aquisição, os custos de produção e outros custos que não sejam de aquisição nem de transformação, desde que tenham sido incorridos para colocar os estoques no seu local e na sua condição atuais (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

O primeiro tipo de custo (aquisição) engloba, além do preço de compra, todos os impostos não dedutíveis, o transporte e todo o custo que esteja correlacionado com a aquisição. O segundo (produção) inclui todo o custo de mão de

obra, além de custos fixos e variáveis para que este produto seja fabricado. Por fim, o último tipo agrega todos aqueles custos que não são de aquisição nem de produção (LEMES; CARVALHO, 2009), ou seja, é um tipo mais generalizado de custo. Um exemplo são gastos com armazenamento necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção, como é o caso dos gastos com congelamento na produção de alimentos processados.

O valor realizável líquido, por sua vez, consiste no preço de venda normalmente estimado no andamento dos negócios, dele deduzidos tanto os custos estimados para a sua conclusão, como os custos necessários para se concretizar a venda (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012).

Além de versar acerca da mensuração dos estoques, o CPC 16 (R1) trata também de seus métodos de avaliação. Qualquer avaliação que não seja feita pelo valor específico, segundo o referido Pronunciamento, terá que ser feita ou pelo método PEPS ou pela média ponderada, móvel ou fixa (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009). O Quadro 1 demonstra os quatro métodos permanentes mais conhecidos.

Quadro 1 – Métodos de avaliação de estoques mais conhecidos

PEPS – Primeiro que entra, primeiro que sai	UEPS – Último que entra, primeiro que sai	MPM – Média ponderada móvel	MPF – Média ponderada fixa
Significa que o primeiro item a entrar em estoque será o primeiro a sair quando mercadoria for vendida.	Significa que o último item a entrar em estoque será o primeiro a sair quando a mercadoria for vendida.	Média das mercadorias em estoque, a cada item que é estocado.	Média dos itens de no máximo um mês. Soma o estoque inicial, o que foi comprado e divide pela quantidade total.

Fonte: Adaptado de Padoveze, Benedicto e Leite (2012) e Montoto e Lenza (2015).

Após as mercadorias serem estocadas, elas passam ou por um processo de venda ou uso numa prestação de serviço. Os custos destas mercadorias vendidas são sempre reconhecidos no mesmo período que sua receita. Já as perdas e reduções ao valor realizável líquido são reconhecidas como despesa, no período em que ocorreu o acontecimento. Por fim, qualquer reversão destas reduções ao valor realizável líquido é reconhecida como uma redução no valor que originou esta despesa (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009; LEMES; CARVALHO, 2009).

Destaca-se que o CPC 16 (R1) requer uma série de divulgações inerentes aos estoques das companhias. Este padrão de divulgação é solicitado para que os usuários da informação contábil consigam compreender como estes ativos são reconhecidos, mensurados e evidenciados.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Por meio de pesquisas relacionadas à convergência das normas internacionais e da comparabilidade, foi possível construir bases para o fundamento teórico desta pesquisa. As pesquisas apresentadas nesta subseção analisaram a comparabilidade mediante o uso do índice T, adotado também nesta pesquisa e comentado na Seção 3.

Fabiano (2012) pesquisou o nível de comparabilidade, nacional e internacional, das DCs de 66 empresas pertencentes aos setores de Petróleo e Gás, Siderurgia e Mineração e Energia, de países componentes do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Por meio de uma pesquisa descritiva e de análise de conteúdo, observou, durante os anos de 2006 a 2010, uma queda no índice de comparabilidade T internacional (*Internacional Index*). Porém em relação aos índices nacionais, a China obteve índice de comparabilidade máximo, a Índia apresentou um crescimento no seu índice e Brasil e Rússia obtiveram uma queda na comparabilidade nesta série histórica.

Reina, Reina e Silva (2014) investigaram o nível de comparabilidade dos relatórios financeiros de empresas brasileiras do Índice Brasil 50 (IBRX-50) após adoção dos CPCs 16 – Estoques, 27 – Ativo Imobilizado, 04 – Ativo Intangível e 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Como resultado, as empresas obtiveram um nível de comparabilidade médio. Entretanto, as normas referentes a imobilizado e intangível não permitem escolhas contábeis, de acordo com os CPCs 04 e 27. Nesse sentido, embora os índices para esses ativos não tenham sido 1,00 (comparabilidade perfeita), isso ocorreu porque companhias nesta pesquisa não divulgaram os métodos adotados, e não porque havia diferença nos métodos escolhidos. Nos estoques, por sua vez, o índice apresentou-se na média de 0,34 para mensuração e de 0,23 para avaliação. Ou seja, constatou-se um baixo nível de comparabilidade nos estoques entre 2010 e 2012.

Souza *et al.* (2015) analisaram a escolha de empresas brasileiras e portuguesas pelo método de custo ou valor justo para propriedades para investimentos (PPI) entre os anos de 2010 a 2012. O objetivo da pesquisa era saber o grau de comparabilidade entre as empresas e os países. Como resultado se obteve uma comparabilidade média entre as empresas dos países, diminuindo o índice durante os anos estudados.

Souza e Lemes (2016) verificaram o nível de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, bem como explicações pela escolha entre o custo e o valor justo em imobilizados, intangíveis e propriedades para investimento (PPI) em companhias da América do Sul. Os autores verificaram que a comparabilidade em imobilizados tem aumentado ao longo do tempo, ao passo que no intangível e nas PPI esse fenômeno não aconteceu. Embora os autores tenham concluído que a simples adoção das normas internacionais não garante aumento na comparabilidade, tal constatação deve ser analisada com a mesma cautela que a pesquisa de Reina, Reina e Silva (2014). As normas referentes a imobilizados e intangíveis não permitem escolhas contábeis a partir de 2010 para esses ativos, razão pela qual os autores não constataram diferenças na comparabilidade após esse ano.

No que se refere aos estudos nacionais sobre comparabilidade, observa-se que as empresas que usam o índice T para mensurar a comparabilidade tendem a usá-lo como forma de verificar se esta característica cresceu ou diminuiu ou longo do tempo, ou se ela se modifica em diferentes setores (FABIANO, 2012; REINA; REINA; SILVA, 2014; SOUZA *et al.*, 2015; SOUZA; LEMES, 2016). Todavia, percebe-se que as discussões têm se limitado a tais inferências, de forma que surge a necessidade, na literatura brasileira, de se proporem maiores discussões acerca das razões que podem explicar o motivo de o índice não ser 1,00, bem como das implicações de as empresas escolherem determinado método em detrimento de outro.

Internacionalmente, o tema também é discutido na literatura. Astami *et al.* (2006) estudaram o nível de harmonização de práticas contábeis em cinco países asiáticos no que tange à depreciação, tratamento do *goodwill*, avaliação de ativos fixos (imobilizado) e mensuração de estoques. Os autores verificaram uma diferença significativa no nível de harmonização das práticas entre as companhias. Nesse sentido, não há um alinhamento de práticas contábeis entre esses países, o que pode dificultar a comparação entre DCs. Quanto aos estoques, a comparabilidade média foi de 0,36, o que demonstra que as companhias nos países analisados apresentam diferenças na avaliação de seus estoques, as quais se refletem nos resultados das companhias.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos adotados para a execução da pesquisa. Inicialmente, descrevem-se as etapas para seleção da amostra e, na sequência, a metodologia e os procedimentos de mensuração da comparabilidade das informações relativas aos estoques apresentadas pelas companhias.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA, AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A amostra da pesquisa foi levantada por meio do *ranking* das 120 maiores empresas do setor de varejo de 2015 emitido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR). As empresas pertencentes à amostra da pesquisa são abertas e situadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). Optou-se por trabalhar com essas empresas pela não disponibilidade de Demonstrações Contábeis (DCs) e Notas Explicativas (NEs) pelas companhias de capital fechado. No *ranking*, foram localizadas 14 empresas situadas na BM&FBovespa. Na Tabela 1, evidencia-se o quantitativo de empresas selecionadas, segregadas por setor e segmento.

Tabela 1 – Quantidade de empresas por setor e segmento

Setor	Segmento	Quantidade	Total
Consumo Cíclico	Eletrodomésticos	1	9
	Produtos Diversos	1	
	Tecidos, Vestuário e Calçados	5	
	Restaurantes e Similares	1	
	Jornais, Livros e Revistas	1	
Consumo Não Cíclico	Medicamentos	3	5
	Comércio de Material de Construção	1	
	Alimentos	1	
Total	-	14	14

Fonte: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (2016).

As empresas analisadas estão situadas em dois grandes setores da BM&FBovespa, o setor de consumo cíclico e o de consumo não cíclico. O primeiro representa o “consumo sensível aos ciclos econômicos como vestuário, utilidades domésticas, lazer, hotéis e restaurantes, também chamados de consumo discricionário”, ao passo que o segundo é o “consumo recorrente que não depende de um determinado ciclo da economia, como agropecuária, alimentos processados, bebidas, cosméticos e saúde” (ÓRAMA, 2013, p.1).

O mecanismo de coleta dos dados utilizado nesta pesquisa foi a técnica de análise de conteúdo. Coletaram-se as informações apresentadas nas DCs e nas NEs das companhias abertas no tocante aos estoques. Com base nesses relatórios, elaboraram-se *checklists* para levantar as informações apresentadas.

No Quadro 2, são demonstradas as empresas encontradas com sua respectiva colocação no *ranking* das 120 maiores empresas do setor de varejo de 2015. As empresas apresentadas compõem a amostra final desta pesquisa.

Quadro 2 – Amostra da pesquisa

Nome	Colocação (IBEVAR)	Nome	Colocação (IBEVAR)
GRUPO PÃO DE AÇÚCAR	1 ^a	LOJAS MARISA	25 ^a
LOJAS AMERICANAS	4 ^a	DIMED	40 ^a
MAGANIZE LUIZA	5 ^a	CIA HERING	42 ^a
RAIA DROGASIL	10 ^a	LIVRARIA SARAIVA	45 ^a
GRUPO GUARARAPES	13 ^a	INTERNACIONAL MEAL COMPANY (IMC)	52 ^a
LOJAS RENNER	15 ^a	AREZZO	70 ^a
BRASIL PHARMA	22 ^a	BR HOME CENTER	92 ^a

Fonte: Adaptado a partir do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (2015).

Analisou-se um total de 72 DCs entre os anos de 2010 e 2015 emitidas pelas empresas no site da BM&FBovespa, com vistas a verificar se as empresas analisadas estão cumprindo as exigências de divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques. Cumpre ressaltar que as empresas *Internacional Meal Company* Alimentação S.A. (IMC) e BR Home Centers S.A. tiveram somente as DCs de 2014 e 2015 analisadas devido a seus ingressos na BM&FBovespa ocorrerem somente em 2014. A empresa *Brasil Pharma*, com o ingresso em 2011, possui somente demonstrações entre 2011 e 2015.

Além dos relatórios, verificaram-se as normas contábeis relacionadas aos estoques, constatando que, em 2013, alguns Pronunciamentos Técnicos, entre os quais o CPC 16 (R1), passaram por revisão de conteúdo. Com base nisso, comparou-se o antigo pronunciamento (CPC 16) com o atual (CPC 16 (R1)), com vistas a verificar se houve alteração nas formas de mensuração e avaliação dos estoques. Essa mudança poderia afetar a comparabilidade das informações antes e após a revisão. Contudo, constatou-se que os métodos de mensuração e avaliação dos estoques não foram afetados.

Destaca-se, ainda, que foram escolhidos os anos de 2010 a 2015 devido ao fato de as normas internacionais

de contabilidade serem adotadas plenamente a partir de 2010 no Brasil. Portanto, busca-se verificar a existência de comparabilidade nas práticas contábeis dos estoques e em que nível as informações inerentes a esse tema podem ser comparadas entre companhias varejistas.

3.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Os estoques podem estar mensurados de duas formas: pelo método de custo (MC) ou pelo valor realizável líquido (VRL), dos dois o menor (CPC, 2009). Na análise de conteúdo das NEs, considerou-se que estimaram pelo MC todas as empresas que apresentaram saldos em estoque e que não alegaram mensurá-los pelo VRL.

Além disso, considerou-se que mensuraram pelo MC as empresas que evidenciavam periodicamente estimativas para perdas por obsolescência ou quebra, uma vez que elas não divulgaram nem apresentaram evidências que demonstrassem que tais perdas eram extraordinárias ou que o método adotado fosse o VRL. Por sua vez, nas empresas que apresentaram em suas NEs circunstâncias que acarretaram em redução do valor dos estoques, como perda por desvalorização (não periódicas), considerou-se como método de mensuração o VRL.

Tal como a mensuração, a avaliação dos estoques pode ser feita pelos seguintes métodos: custo médio (CMd), valor específico (VE), ou “primeiro que entra, primeiro que sai” (PEPS). Contudo, observou-se que existiam diversas nomenclaturas quanto à avaliação pelo custo médio. Nesse sentido, foram consideradas como custo médio todas as formas de divulgação constatadas no decorrer da análise de conteúdo, tais como: custo médio, custo médio de aquisição, custo médio ponderado, custo médio ponderado móvel.

Informações acerca da mensuração e/ou da avaliação dos estoques, as quais não foram apresentadas nas NEs ou nas DCs, foram categorizadas como “não identificado”. Como forma de verificar o que fora ou não divulgado pelas empresas, elaborou-se um *checklist* complementar com vistas a identificar se todos os itens obrigatórios do CPC 16 (R1) (item 36 do Pronunciamento) foram devidamente cumpridos.

Com base neste *checklist*, foi possível verificar se as empresas, durante o período analisado, estão divulgando de forma integral todos os itens exigidos pelo CPC 16 (R1) – Estoques. Assim, pode-se identificar a quantidade de empresas que divulgaram integralmente, parcialmente ou não divulgaram os itens exigidos pelo CPC 16 (R1). Tendo em vista que a divulgação é considerada como obrigatória, pois as informações dela decorrentes são úteis para a tomada de decisão dos usuários, investigou-se se as informações requeridas pelo CPC 16 (R1) estão sendo cumpridas (*compliance*), tendo em vista que sua não divulgação também afeta a comparabilidade e, por conseguinte, a qualidade das informações contábeis.

Por último, na análise descritiva dos dados, também se efetuou um levantamento dos estoques em relação ao ativo total da empresa. Esta relação fornece uma base de quanto do ativo da empresa está materializado como estoques, e ela também foi utilizada como método para comparabilidade na evidenciação dos estoques.

Para a comparação entre os métodos de mensuração e avaliação, foi apurado o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração e avaliação dos estoques. Para tal, adotou-se o índice T de harmonia proposto por Taplin (2004). O índice mensura em que medida as contas contábeis de diferentes companhias podem ser comparáveis, considerando suas diferentes práticas. O modelo é representado pela seguinte equação:

$$T = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} P_k$$

Em que:

α_{kl} é o coeficiente de comparabilidade entre métodos contábeis k e l ;

β_{ij} é o peso de comparabilidade das empresas nos países i e j (probabilidade de as companhias selecionadas pertencerem a determinado país);

P_{ki} é a proporção de empresas no país i que utiliza o método contábil k ;

P_{lj} é a proporção de empresas no país j que utiliza o método contábil l ;

M é a quantidade de métodos contábeis utilizados na pesquisa (rotulados de 1 a M);

N é a quantidade de países integrantes da amostra (rotulados de 1 a N).

O índice varia de 0 (métodos não comparáveis) a 1 (total comparabilidade). O cálculo dos índices foi feito mediante

o *software T-Index Calculator*, disponibilizado pelo Professor Ross H. Taplin via endereço eletrônico. O indicador apresenta três diferentes abordagens: *between country*, com enfoque em países diferentes; *within country*, com enfoque dentro de um único país, e *overall*, que compara todas as companhias independentemente de seu país de origem.

Esta pesquisa trabalhou com a abordagem *within country*, com foco em estoques de companhias listadas no mercado de capitais brasileiro. O método se alinha aos trabalhos nacionais de Reina, Reina e Silva (2014) e de Fabiano (2012), que também analisaram práticas contábeis em companhias brasileiras, conforme comentado na seção 2. Todavia, os referidos autores se restringiram a analisar as práticas contábeis de mensuração e verificar se a comparabilidade entre as empresas estava aumentando dentro de determinado período. A presente pesquisa, por sua vez, visa inferir sobre as consequências de haver níveis distintos de comparabilidade para empresas pertencentes a um mesmo ramo de atuação, no tocante aos estoques das companhias. O Quadro 3 resume, em etapas, todos os procedimentos realizados nesta pesquisa.

Quadro 3 – Procedimentos de pesquisa – resumo das etapas

Etapas	Procedimentos
1 – Amostragem	Definição e coleta das empresas e do período de análise.
2 – Análise do CPC 16	Leitura e comparação das diferentes versões do CPC 16 (antecedente e revisada).
3 – Levantamento, tabulação e organização dos dados	Busca pelas formas de mensuração (MC, VRL), avaliação (CMD, PEPS e VE) e divulgação dos dados.
4 – Cálculo do nível de comparabilidade dos estoques	Apuração com base nos <i>checklists</i> e indicador estoque/ativo total (evidenciação) e no índice T (mensuração e avaliação).
5 – Análise e apresentação dos resultados	Apresentação e discussão apresentada na seção 4.

Fonte: Elaboração própria.

Na sequência são discutidos os resultados encontrados, iniciando-se com a comparabilidade entre as práticas de divulgação, seguidas pelas práticas de mensuração e avaliação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados obtidos com a análise de dados. Inicialmente, é discutida a comparabilidade em termos de divulgação em Notas Explicativas (NEs). Na sequência, são analisados os métodos de mensuração e avaliação dos estoques pelas companhias e, finalmente, discutidos os índices de comparabilidade decorrentes destas práticas contábeis.

4.1 DIVULGAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS APRESENTADAS EM ESTOQUES

As estimativas adotadas para mensuração e avaliação são sobremaneira relevantes no momento da apresentação dos valores de estoques, tendo em vista o impacto direto que eles possuem no resultado do período. Sob essa perspectiva, pode-se depreender que tais valores afetam não somente a percepção dos usuários acerca do volume de produtos adquiridos para consumo ou revenda, mas a habilidade de se comparar estoques em diferentes empresas.

Um exemplo de como a valoração de estoques pode ser influente na tomada de decisão é o próprio ajuste a valor realizável líquido (VRL). Se duas empresas apresentam lucros brutos similares em determinado período, mas apenas uma precisou reconhecer perdas de ajuste a VRL, a percepção dos usuários acerca de qual é a melhor para se investir pode levar em conta esta circunstância. Se ambas pertencem a um mesmo setor e exercem a mesma atividade-fim, o fato de uma reconhecer o ajuste e outra não também pode trazer informações acerca do desempenho operacional de cada uma.

As empresas foram analisadas primeiramente quanto ao método de mensuração e avaliação, mostrando a sua proporção em relação ao total de métodos aceito pelo CPC 16 (R1). Isso é demonstrado por meio da Tabela 2.

Tabela 2 – Método de mensuração e avaliação ao longo dos anos 2010 a 2015

Estoque/Ano	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Mensuração	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
1.1. Custo (MC)	6	54,55%	7	58,33%	7	58,33%	7	58,33%	9	64,29%	9	64,29%
1.2. Valor Realizável Líquido (VRL)	5	45,45%	5	41,67%	5	41,67%	5	41,67%	5	35,71%	5	35,71%
1.3. Não Identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2. Avaliação	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
2.1. PEPS	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.2. Específico (VE)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.3. Custo Médio (CMd)	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
2.4. Não identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaboração própria.

Com base na Tabela 2, observa-se que aproximadamente metade das empresas da amostra necessitou ajustar seus estoques ao VRL. Tal fator pode ser um indicativo de que determinadas atividades econômicas não estão em um momento bom. Todavia, também podem demonstrar possíveis problemas de gestão, tais como o próprio giro dos estoques. Por conseguinte, analisar resultados brutos em empresas que reconheceram estoques pelo MC em comparação às que reconheceram pelo VRL implica preterir uma informação que pode ser útil na tomada de decisão: perdas por estoques e sua recorrência. Destaca-se que famosas varejistas brasileiras, tais como a Lojas Renner, Magazine Luiza e Pão de Açúcar, reduziram seus estoques a VRL durante toda a série histórica (2010 a 2015).

Na parte de avaliação, conforme mostra a Tabela 2, todas as empresas avaliaram seus estoques pelo custo médio (CMd). Porém, destaca-se que o CMd agrega diferentes formas apresentadas nas NEs, tais como o custo médio ponderado, ponderado variável, ou tão somente custo médio (como fora apresentado em algumas companhias). A Tabela 3 demonstra essas nomenclaturas.

Tabela 3 – Nomenclaturas observadas na avaliação pelo custo médio

Estoque/Ano	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3. Custo Médio (CM)	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
2.3.1 Custo Médio Ponderado	0	0%	0	0%	0	0,00%	0	0%	1	7,14%	2	14,29%
2.3.2 Custo Médio Ponderado Móvel	1	9,09%	2	16,67%	3	25,00%	3	25,00%	3	21,43%	3	21,43%
2.3.3 Não Identificado	10	90,91%	10	83,33%	9	75,00%	9	75,00%	10	71,43%	9	64,29%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Kieso, Weygandt e Warfield (2015), custo médio é um método amplamente adotado pela sua praticidade nas atividades das empresas. Os autores destacam como uma de suas vantagens o fato de ele não estar tão sujeito à manipulação de resultados quanto outros métodos, tais quais o do preço específico. Com base nesse argumento, eles defendem o uso do MC, especialmente em estoques de produtos similares.

Através da Tabela 3, pode-se constatar que durante todos os anos (2010 a 2015), a maioria das empresas não demonstrou o método de cálculo para chegar ao custo médio. Em 2010, dentre as 11 empresas, apenas uma demonstrava o método de cálculo que consistia na média ponderada móvel. Durante toda a série histórica, algumas empresas começaram

a demonstrar como era feito o cálculo, chegando ao final de 2015 com duas (14,29%) empresas calculando pela média ponderada, três (21,43%) pela média ponderada móvel e nove (64,29%) não demonstravam o método de cálculo (“não identificado”).

Observa-se que o tipo de avaliação influencia diretamente a valoração dos estoques, de forma que o custo ponderado móvel (variável) pode ensejar maiores ou menores saldos no custo do período. Com base nos dados, pode-se perceber que, no ramo varejista, mais da metade das empresas abertas continuam não divulgando o método de cálculo para chegar ao custo médio.

4.2 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REQUERIDAS NO CPC 16 (R1)

A análise do grau de divulgação auxiliou na verificação do nível de comparabilidade das práticas de evidenciação dos ativos, o qual foi mensurado com base na evidenciação dos itens requeridos no CPC 16. A Tabela 4 apresenta a quantidade de empresas que evidenciaram os itens exigidos pelo CPC 16 (R1) e o seu respectivo percentual.

Tabela 4 - Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) entre os anos de 2010 a 2015

Estoque/Ano	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Totalmente Divulgado	7	63,64%	8	66,67%	11	91,67%	12	100%	14	100%	14	100%
Parcialmente Divulgado	4	36,36%	4	33,33%	1	8,33%	0	0%	0	0%	0	0%
Não Divulgado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaboração própria.

Classificaram-se como “totalmente divulgado” as empresas que evidenciaram integralmente os itens aplicáveis requeridos pelo CPC 16 (R1). Da mesma forma, consideraram-se como não aplicáveis os itens que representavam situações pelas quais a empresa não passou, como circunstâncias/ acontecimentos que justificassem uma reversão de perdas (alínea g do item 36 do CPC 16 (R1)) para empresas que não apresentaram reversão, ou o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos (alínea h), quando não se utilizaram (ou não declararam utilizar) estoques como penhor de garantia a passivos.

Tabela 5 – Relação entre estoques e ativo total das empresas entre 2010 a 2015

Empresas/Ano	Mensuração	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
AREZZO	MC	18,22%	11,24%	11,96%	12,09%	12,32%	12,52%	13,06%
BR HOME	MC	-	-	-	-	40,24%	36,98%	38,61%
BRASIL PHARMA	MC	-	11,63%	19,01%	24,28%	24,89%	25,51%	21,06%
CIA HERING	VRL	19,79%	19,62%	17,85%	22,75%	20,74%	21,62%	20,40%
DIMED	MC	46,65%	43,46%	42,00%	41,41%	37,76%	40,52%	41,97%
GUARARAPES	VRL	13,51%	15,04%	12,68%	11,74%	13,03%	10,59%	12,77%
IMC	MC	-	-	-	-	2,53%	1,88%	2,21%
AMERICANAS	MC	17,88%	15,26%	17,01%	17,49%	17,19%	16,78%	16,94%
LOJAS MARISA	VRL	11,26%	11,57%	15,06%	13,29%	12,55%	11,64%	12,56%
LOJAS RENNER	VRL	11,24%	13,50%	12,04%	11,23%	11,51%	10,62%	11,69%
MAGANIZE LUIZA	VRL	21,64%	25,93%	18,87%	26,55%	27,84%	24,21%	24,17%
PÃO DE AÇÚCAR	MC	16,12%	16,44%	16,76%	17,24%	18,85%	18,92%	17,39%
RAIABRASIL	MC	29,91%	25,72%	29,21%	31,34%	33,10%	35,12%	30,73%
SARAIWA	MC	32,28%	29,19%	30,17%	37,95%	29,76%	16,53%	29,31%
Média – total	-	21,68%	19,88%	20,22%	22,28%	21,59%	20,25%	20,98%

continua...

conclusão.

Média – empresas que reconheceram estoques pelo MC	-	26,84%	21,85%	23,73%	25,97%	24,07%	22,75%	23,48%
Média – empresas que reconheceram estoques pelo VRL	-	15,49%	17,13%	15,30%	17,11%	17,13%	15,74%	16,32%

Nota: Métodos de mensuração reconhecidos pelas companhias ao longo dos anos estudados (2010 a 2015, com exceção às companhias que entraram na BM&FBovespa após esse período).

Fonte: Elaboração própria.

Ao se compararem os indicadores apresentados na Tabela 5, observa-se que as empresas do ramo varejista mantêm seus ativos em uma média de 20,98%, com base nos anos analisados na pesquisa. A empresa Dimed se destaca com maior proporção entre o estoque e o ativo total, ao passo que a companhia Lojas Renner tem a menor. Tal inferência desconsidera a empresa IMC, que abriu capital em 2014. Esta companhia possui uma proporção média de 2,21% devido à maioria de seus ativos estarem concentrados no ativo intangível.

Todavia, se a informação referente ao método de mensuração dos estoques não for ignorada, é possível verificar que a proporção estoques/ativo é maior para as empresas que reconheceram o MC. Ao comparar os índices, nota-se que o reconhecimento de perdas diminui significativamente o valor dos estoques em relação ao ativo total.

Destaca-se que não houve mudança no método ao longo dos anos analisados, ou seja, as empresas que ajustaram seus estoques a VRL fizeram-no ao longo de toda a série. Desse modo, em todos os anos houve reconhecimento de perdas. Tal fato pode ser explicado pela sensibilidade do ramo à concorrência, que pode obrigar suas empresas a praticar políticas de preços que não superam o próprio custo de aquisição. Contudo, a reincidência dessas perdas pode ser uma informação útil aos usuários a fim de se comparar o desempenho desse ramo com outros do mercado, ou mesmo como forma de se avaliar a administração de custos da empresa.

Ainda no que se refere à divulgação dos estoques, cumpre destacar que, das 14 empresas analisadas, 13 utilizaram o termo “Provisão” em suas NEs na nomenclatura para estimativa de perdas tanto por VRL quanto por obsolescência. Por exemplo, a Companhia Hering S.A. reconheceu uma conta denominada como “Provisão para ajuste a valor de realização”. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o termo provisão é utilizado para passivos com prazo ou valor incertos.

Portanto, esta nomenclatura, assim como outras analisadas, não está adequada para uma conta redutora do ativo. Tais classificações, mesmo sem a intenção de serem inadequadas, podem trazer implicações na comparabilidade das DCs, uma vez que perdas por obsolescência implicam riscos de investimentos e os usuários precisam ser informados sobre tais acontecimentos.

4.3 ÍNDICES DE COMPARABILIDADE

Uma vez realizada a análise descritiva da mensuração, avaliação e divulgação dos estoques das 14 empresas abertas do ramo de varejo, apuraram-se os índices de comparabilidade da mensuração e avaliação destes ativos. Conforme comentado na seção 3, é usado neste estudo o índice T, que aponta o nível de comparabilidade das práticas adotadas pelas empresas no tocante aos estoques, ou seja, suas práticas de mensuração e avaliação.

Quando as empresas não evidenciam o método contábil de interesse (não “avisam” qual foi o método adotado), a metodologia de Taplin (2004) calcula o índice mediante diferentes abordagens. Na primeira abordagem (T1), empresas que não evidenciaram o método utilizado (*non-disclosure*) são ignoradas na base de cálculo. Ou seja, o índice T1 tem como base apenas empresas que apresentaram alguma prática contábil na mensuração e na avaliação (MC ou VRL; PEPS, VE ou CMd).

A segunda abordagem (T2) tem como base todas as empresas da amostra, tendo elas evidenciado os métodos adotados ou não. Na terceira abordagem (T3), as empresas que não evidenciaram nenhum método contábil são consideradas no cálculo, mas não são comparadas com as demais empresas que apresentaram algum método. Essa abordagem leva em consideração o tamanho total da amostra (todas as companhias), mas apura o nível de comparabilidade somente das companhias que evidenciaram métodos contábeis.

Dessa forma, se não ocorre evidenciação dos métodos de mensuração e avaliação dos estoques, as empresas que não os divulgaram são tratadas de diferentes formas nos índices. Na Tabela 6, são apresentados os índices apurados para os estoques.

Tabela 6 – Índices T de 2010 a 2015

Índice/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. Mensuração						
Índice T1	0,504	0,514	0,514	0,514	0,541	0,541
Índice T2	0,504	0,514	0,514	0,514	0,541	0,541
Índice T3	0,504	0,514	0,514	0,514	0,541	0,541
2. Avaliação						
Índice T1	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T2	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Tabela 6, os três métodos de cálculo do índice T apresentaram os mesmos valores, isto ocorre devido a todas as companhias evidenciarem as práticas contábeis de mensuração e avaliação dos estoques. Ou seja, não houve falta de evidenciação na mensuração e avaliação. Os índices T tiveram resultado de 0,504 para mensuração e 1,000 para avaliação em 2010. Isso implica inferir que se determinado usuário selecionar uma empresa da amostra, no período analisado, esta empresa tem 50,40% de probabilidade de ter estoques mensurados pelo método de custo (MC) e certamente terá seus estoques avaliados pelo custo médio (CMD). Nos anos subsequentes da amostra, constatou-se que houve pequena melhora no nível de comparabilidade, terminando a amostra com um índice de 0,514.

Houve, assim, entre os anos estudados, uma comparabilidade média nas práticas de mensuração. Dessa forma, os usuários precisam analisar com cautela as informações de saldos dos estoques dessas empresas. Ou seja, mesmo que pertençam a um mesmo ramo de negócios e tenham finalidades similares, o método de mensuração dos estoques pode ser distinto entre elas, refletindo assim no valor total dos estoques e, conseqüentemente, no ativo total.

A mesma premissa acontece para o índice T nos métodos de avaliação. Apesar de constatado que todas as empresas avaliaram seus estoques pelo CMD, nem todas deixaram evidentes em suas NEs a forma de cálculo para chegar ao CMD das mercadorias. Ou seja, foram usadas para a apuração do indicador todas as nomenclaturas observadas, tais como: custo médio, custo médio de aquisição, custo médio ponderado, custo médio ponderado móvel. Nada obstante, compreende-se que há diferenças entre os métodos e que elas podem afetar a comparabilidade, uma vez que influenciam o valor dos estoques. Portanto, calculou-se também o Índice T para o CMD, com vistas a verificar se as diferentes nomenclaturas afetam a comparabilidade.

Tabela 7 – Índice T do custo médio de 2010 a 2015

Índice/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.3 Custo Médio (CMD)						
Índice T – CMD	0,83	0,72	0,63	0,63	0,56	0,48

Fonte: Elaboração própria.

Conforme destacado anteriormente, o intuito do cálculo do índice T especificamente para o custo médio foi verificar se o nível de comparabilidade das DCs diminui de acordo com as diferentes nomenclaturas encontradas nas NEs. Nesse caso, o cálculo mediante as abordagens T1, T2 e T3 não foi necessário, uma vez que a análise é no âmbito das empresas que divulgaram o método de custo.

Verificou-se que alterações mais significativas nos índices ocorreram entre 2010 e 2015. No primeiro ano da série histórica, o indicador de 0,83 apontava uma alta probabilidade de duas empresas abertas varejistas apresentarem o custo médio da mesma forma. Na Tabela 7, observa-se que esse índice foi significativo porque na maioria das empresas (10) não foi possível identificar o tipo de CMD (se ponderado ou ponderado variável). Assim, essa alta probabilidade indica grandes chances de selecionar empresas que não esclarecem o formato em que o método de custo é apurado (se simples, ponderado ou ponderado variável), o que dificulta não somente a comparabilidade, mas também a qualidade das informações divulgadas.

Ademais, o índice apresentou redução ao longo dos anos, ou seja, aumentou o número de empresas que divulgaram de forma mais clara o tipo de custo médio adotado. Em 2015, o índice de 0,48, que pode ser considerado um indicador médio de comparabilidade, demonstra que um número maior de empresas passou a indicar se o custo era médio ponderado ou médio ponderado móvel.

Com os índices de comparabilidade, pode-se efetuar uma comparação com os estudos anteriormente efetuados. Na pesquisa feita por Fabiano (2012), verificou-se que as empresas do setor de Petróleo e Gás, Siderurgia e Mineração e Energia têm um nível de comparabilidade de mensuração dos seus estoques entre 0,592 e 0,680 durante sua série histórica. Ou seja, tais setores demonstram que aproximadamente 50% das companhias também reconhecem perdas.

Reina, Reina e Silva (2014) verificaram o nível de comparabilidade dos estoques das empresas que fazem parte do Índice Brasil 50 (IBrX-50). Em relação à mensuração dos estoques, o nível variou de 0,34 em 2010 a 0,31 em 2012. Por sua vez, o nível de comparabilidade da avaliação dos estoques variou de 0,30 em 2010 a 0,18 em 2012. A redução no nível de comparabilidade constatada pelos autores não foi corroborada nesta pesquisa, cujos resultados obtidos foram superiores aos encontrados por Reina, Reina e Silva (2014).

Nesta concepção, é possível sugerir que o nível de comparabilidade das empresas no Brasil está aumentando. No entanto, cumpre ressaltar que este estudo selecionou empresas do varejo porque o estoque tem significativa importância neste ramo e, conseqüentemente, espera-se que empresas divulguem informações acerca de sua composição e movimentação. No trabalho de Reina, Reina e Silva (2014), os autores analisaram as empresas pertencentes ao IBrX-50, que podem atuar em outros ramos de negócio que não o varejo. Ou seja, comparar informações sobre estoques de empresas varejistas com empresas de outros ramos requer cautela, uma vez que o ramo do varejo, por sua natureza, pode naturalmente dar destaque à divulgação de estoques, diferentemente de outros segmentos.

Não obstante, o presente estudo avança na investigação acerca da comparabilidade nas DCs ao discutir os motivos que podem levar um país a não ter uma comparabilidade completa. No caso das varejistas brasileiras, as diferentes nomenclaturas identificadas levaram a uma queda na comparabilidade entre 2010 e 2015, de modo que um usuário das informações contábeis, ao consultar a NE de alguma das empresas estudadas, corre o risco de não conseguir ter clareza em uma informação simples, tal como o método de custeio adotado ser médio ponderado ou ponderado variável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo geral de verificar o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas do ramo varejista listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2015. Para tal, procedeu-se a uma análise documental das Notas Explicativas (NEs) e Demonstrações Contábeis (DCs), com vistas a buscar o que foi evidenciado nos estoques destas empresas.

Constatou-se que 9 das 14 empresas mensuravam seus estoques pelo método de custo (MC) e o restante pelo valor realizável líquido (VRL). Quanto ao método de avaliação, todas as empresas avaliaram pelo custo médio (CMd), dentre as quais duas calcularam o saldo pela média ponderada, três pela média ponderada móvel e nove não identificaram o método de cálculo utilizado.

Calculou-se o nível de comparabilidade das práticas contábeis de estoques, tanto para mensuração como para avaliação. Após o cálculo efetuado, chegou-se a um índice T de mensuração no valor 0,541. Tal índice aponta 54,10% de probabilidade de uma empresa varejista listada na BM&FBovespa mensurar seus estoques pelo valor de custo. O índice T de avaliação foi de 1,00, devido a todas as empresas avaliarem seus estoques pelo CMd. Assim, têm-se evidências de que as varejistas que atuam no Brasil tendem a usar o custo médio na avaliação de seus estoques.

Ao avaliar DCs, investidores precisam de informações comparáveis acerca de estoques. Para tal, eles necessitam verificar qual método é utilizado na mensuração e na avaliação. A metodologia de mensuração de estoques afeta a valoração do custo do produto vendido e, conseqüentemente, os indicadores que tenham o estoque como base, a exemplo do giro dos estoques e da liquidez seca.

Estoques são importantes componentes do capital de giro, e o lucro resultante de suas vendas (finalidade principal das varejistas) é um importante indicador de desempenho. A forma como os estoques são mensurados e avaliados possui impacto direto no resultado, bem como em quaisquer indicadores que envolvam seu valor, e isso vai se refletir na comparabilidade das informações contábeis.

Portanto, os usuários, ao se basearem em índices para a tomada de decisão, precisam levar em conta as práticas contábeis adotadas pelas companhias. A subjetividade, especialmente quanto à avaliação (que oferece escolhas contábeis),

pode trazer reflexos nos resultados das empresas.

Da mesma forma, informações qualitativas também podem ser altamente relevantes na comparabilidade das informações. Nas companhias que mensuram estoques a VRL, tal mensuração ocorreu em toda a série histórica (2010 a 2015). Usuários podem usar desse dado para tomar decisão sobre o desempenho operacional das varejistas e sua gestão de custos. Da mesma forma, pode-se confrontar esta informação com o resultado do período, com vistas a indagar a razão pela qual uma empresa apresenta altos valores em lucros brutos mesmo reconhecendo que os custos estimados para venda não superam seu valor de realização.

Esta pesquisa possui a limitação de a amostra agregar apenas companhias de capital aberto. Além disso, o número de empresas também é uma limitação, embora tenha sido feita uma análise criteriosa das 72 DCs no que concerne aos estoques, além das coletas terem ocorrido manualmente (*hand-collected data*).

Para trabalhos futuros recomenda-se a análise do nível de comparabilidade das práticas contábeis de estoques de empresas de diferentes países. Sugere-se também análise do nível de comparabilidade das práticas contábeis de estoques de outros ramos de negócios do Brasil e, por último, propõe-se uma análise do nível de comparabilidade de práticas contábeis de outros pronunciamentos contábeis.

REFERÊNCIAS

ASTAMI, E. W. *et al.* An exploration of the attributes of international harmonization indices using the T-Index. *The Journal of Contemporary Issues in Business and Government*, v. 12, n. 2, p. 47-66, 2006.

BALL, R. International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, v. 36, special issue, p. 5-27, 2006.

BARALDI, P. *IFRS: contabilidade criativa e fraudes: mais de 500 exemplos e observações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO. *Empresas Listadas*. São Paulo: B&MBovespa, 2016. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *CPC 00 (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro*. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. *CPC 16 (R1): Estoques*. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 02 maio 2016.

FABIANO, D. *O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC*. 2012. 118 f. Dissertação (Mestrado em administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Belo Horizonte, 2012.

FRANCO, G.; KOTHARI, S. P.; VERDI, R. The benefits of financial statement comparability. *Journal of Accounting Research*, v. 49, n. 4, p. 895-931, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE VAREJO E MERCADO DE CONSUMO. *Ranking 2015*. 2015. Disponível em: <http://www.revistainfra.com.br/portal/Arquivos/RANKING%20IBEAR%202015%20-%20120%20MAIORES%20EMPRESAS%20DO%20VAREJO%20BRASILEIRO_Q9PUI9.pdf> Acesso em 20 fev. 2016.

KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. *Intermediate accounting*. 2. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte americanas. *Revista Contabilidade e Finanças*, v.20, n.50, p. 25-45, 2009.

LEOPOLDO, R. Adoção das normas do IFRS protege investidor, diz Tombini. *Exame*, 2013. Seção Economia. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/adocao-das-normas-do-ifrs-protege-investidor-diz-tombini>> Acesso em: 20 de março 2016.

MONTOTO, E.; LENZA, P. *Contabilidade geral e avançada esquematizada*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ÓRAMA. *Glossário: mercado financeiro*. 2013. Disponível em <<http://www.orama.com.br/glossario-mercado-financeiro>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PADOVEZE, C. L.; BENEDCITO, G. C.; LEITE, J. S. G. *Manual de contabilidade internacional: IFRS: US GAAP e BR GAAP: teoria e prática*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

REINA, D. R. M; REINA, D.; SILVA, S. F. Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 23, p. 77-94, 2014.

RIBEIRO, A. M. *et al.* Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise do processo de transição regulatória da contabilidade brasileira. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 27, n. 70, p. 12-28, jan.-abr. 2016.

SOUZA, F. E. A. *et al.* A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento: uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 26, n. 68, p. 154-166, mai./jun./jul./ago. 2015.

SOUZA, F. E. A.; LEMES, S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 27, n. 71, p. 169-184, mai./jun./jul./ago. 2016.

TAPLIN, R. H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

_____. Measuring the comparability of company accounts conditionally. New York: *Social Science Research Network*, 2012. Available in: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2210722>. Access in: 28 jun. 2016.

_____. The measurement of comparability in accounting research. *Abacus*, v. 47, n. 3, p. 383-409, 2011.

VANCE, P. S.; MERLO, E. M. Uma introdução à gestão de varejo na atualidade. In: MERLO, E. M. (Org.). *Administração de varejo: com foco em casos brasileiros*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

WANG, C. Accounting standards harmonization and financial statement comparability: evidence from transnational information transfer. *Journal of Accounting Research*, v. 52, n. 4, p. 955-992, Sept. 2014.